



**FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**

CNPJ/MF: 21.610.416/0001-00

**FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**

**Demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022.**

São Paulo - SP, 28 de março de 2023.

Aos acionistas da  
**FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**

Senhores Acionistas,

A Administração da **FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, com o Parecer dos Auditores Independentes relativas aos exercícios findos de 31 de dezembro de 2022 comparativas a 31 de dezembro de 2021.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 29 de outubro de 2014 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa AJCA Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, conforme assembleia geral de 17 de abril de 2020, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021 comparativas a 31 de dezembro de 2020, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

SERGIO  
FORTUNATO:01401476  
830

Assinado de forma digital por  
SERGIO  
FORTUNATO:01401476830  
Dados: 2023.04.25 14:26:45 -03'00'

**FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**

*Sérgio Fortunato*  
*Diretor Presidente*



## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da FORTUNATO SECURITIZADORA S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FORTUNATO SECURITIZADORA S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

### **Títulos e Valores Mobiliários (Nota explicativa 11)**

A emissão e colocação de títulos e valores mobiliários é uma das etapas da securitização de créditos. Durante o exercício a Companhia não efetuou emissão de debêntures. Essas emissões precisam ser devidamente registradas nos Órgãos Específicos e publicadas no Diário Oficial e jornal de grande circulação, quando realizadas. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.



### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de análise de todos os documentos relacionados a emissão de debêntures, verificando os procedimentos corretos para que essas debêntures estejam devidamente lastreadas em direitos creditórios, bem como, analisamos a remuneração das debêntures para a data base de 31 de dezembro de 2022.

### **Valorização de instrumentos financeiros (Nota explicativa 15)**

As operações da companhia são voltadas à aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários, emissão e colocação de títulos e valores mobiliários, cessão e reaquisição dos direitos creditórios, prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos. Entendemos que estas operações expõem a companhia, a riscos de perdas financeiras, decorrente da aquisição de créditos que possam incorrer em inadimplência e consequente perdas financeiras. Com objetivo de reduzir a respectiva exposição a perdas, a companhia possui um ambiente de controles internos, voltados a análise de créditos e confirmações de operações, com critérios predefinidos para aquisição de recebíveis, bem como o monitoramento constante da carteira dos respectivos recebíveis pela gestão da companhia, visando assim, minimizar a possibilidade de aquisições de crédito cuja liquidez seja duvidosa ou sem lastro. Devido à relevância, esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de controles internos sobre o processo de análise de crédito, gestão e reconhecimento e classificação desses instrumentos financeiros. Obtivemos o relatório financeiro analítico de todos os recebíveis em aberto na data base de 31 de dezembro de 2022, onde promovemos testes relacionados a idade dos respectivos títulos e testes de liquidações subsequentes. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

#### **Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2022 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data



de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de março de 2023.

AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S.  
CRC/PR – 005288/O-6



Antonio Justichechem  
CPF 355.658.109-49  
CRC/PR 037.469/O-4

Assinado de forma digital por  
ANTONIO  
JUSTICHECHEM:35565810949  
Dados: 2023.03.30 18:23:58  
-03'00'  
Versão do Adobe Acrobat  
Reader: 2022.003.20322

Antonio Justichechem  
Contador - CRC/PR – 037.469/O-4

**Balço Patrimonial dos períodos findos em:**

(Valores expressos em reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	135.537	267.972
Direitos creditórios a receber	6	10.919.297	10.587.598
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>11.054.834</b>	<b>10.855.570</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Outros Créditos	7	98.293	558.293
Imobilizado/Intangível	8	14.200	18.859
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>112.493</b>	<b>577.152</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>11.167.327</b>	<b>11.432.722</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Obrigações com fornecedores		8.079	7.901
Obrigações tributárias	9	21.937	42.804
Obrigações trabalhistas e sociais	10	79.226	65.809
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>109.242</b>	<b>116.514</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	11	10.502.442	10.594.371
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>10.502.442</b>	<b>10.594.371</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	12	50.000	50.000
AFAC		450.000	450.000
Reserva legal		10.000	10.000
Reserva de Lucros		45.643	211.837
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>555.643</b>	<b>721.837</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>11.167.327</b>	<b>11.432.722</b>

**Demonstração do Resultado dos períodos findos em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Receita de Securitização</b>		3.695.251	3.028.008
<b>Receita de Serviço</b>		28.196	37.967
(-) Custo de captação		(2.311.793)	(814.646)
(-) Deduções da receita		(67.927)	(108.366)
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>1.343.727</b>	<b>2.142.963</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.343.727</b>	<b>2.142.963</b>
<b>(Despesas) / Receitas operacionais:</b>			
Despesas gerais e administrativas		(1.790.823)	(2.104.573)
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(1.790.823)</b>	<b>(2.104.573)</b>
<b>Lucro antes do Resultado Financeiro</b>	<b>13</b>	<b>(447.096)</b>	<b>38.390</b>
Despesas financeiras		(122.205)	(66.394)
Receitas financeiras		981.590	266.832
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>14</b>	<b>859.385</b>	<b>200.438</b>
<b>Resultado Operacional Líquido</b>		<b>412.289</b>	<b>238.828</b>
<b>Resultado Antes das provisões</b>		<b>412.289</b>	<b>238.828</b>
(-) Provisão para imposto de renda		(81.377)	(42.547)
(-) Provisão para contribuição social		(37.106)	(21.495)
<b>Lucro líquido do período</b>		<b>293.806</b>	<b>174.786</b>



# FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/MF: 21.610.416/0001-00

## Demonstração do resultado abrangente dos períodos findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<u>293.806</u>	<u>174.786</u>
Outros Resultados Abrangentes		
<b>Resultado abrangente do período</b>	<u><u>293.806</u></u>	<u><u>174.786</u></u>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos períodos findos em:**

(Valores expressos em reais)

	<b>Capital Social Subscrito</b>	<b>AFAC</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Reserva de Lucros</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>50.000</b>	<b>450.000</b>	<b>10.000</b>	<b>37.051</b>	<b>547.051</b>
Resultado do período				174.786	174.786
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>50.000</b>	<b>450.000</b>	<b>10.000</b>	<b>211.837</b>	<b>721.837</b>
Distribuição de dividendos				(460.000)	(460.000)
Resultado do período				293.806	293.806
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>50.000</b>	<b>450.000</b>	<b>10.000</b>	<b>45.643</b>	<b>555.643</b>

**Demonstração do fluxo de caixa dos períodos findos em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	412.289	238.828
Ajustado por:		
- Remuneração de Debentures	2.311.793	814.646
- Depreciação e amortização do exercício	4.659	5.463
- Constituição de PECLD	-	299.899
- Provisão sobre Debêntures	(1.600.116)	(477.431)
	<u><b>1.128.625</b></u>	<u><b>881.405</b></u>
<b>(Aumento)/Diminuição das contas ativas</b>		
- Contas a receber	(331.699)	(3.389.184)
- Impostos a recuperar	-	1.013
- Outros créditos	460.000	(2.000)
<b>Aumento/(Diminuição) das contas passivas</b>		
- Obrigações com fornecedores	178	100
- Obrigações Tributárias (exceto IR e CS)	(2.180)	(6.015)
- Obrigações sociais e trabalhistas	13.417	(20.380)
	<u><b>1.268.341</b></u>	<u><b>(2.535.061)</b></u>
<b>Caixa proveniente/(usado) nas operações</b>		
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(137.170)	(38.893)
	<u><b>1.131.171</b></u>	<u><b>(2.573.954)</b></u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
- Resgate de Debêntures	(1.549.679)	(387.592)
- Ingressos Decorrentes da Emissão de Debêntures	746.073	-
- Distribuição de dividendos	(460.000)	-
	<u><b>(1.263.606)</b></u>	<u><b>(387.592)</b></u>
<b>Aumento/(Diminuição) Líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>(132.435)</b></u>	<u><b>(2.961.546)</b></u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do período</b>	267.972	3.229.518
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do período</b>	135.537	267.972

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em:**

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<b>I - RECEITA</b>	<b>3.723.447</b>	<b>3.065.975</b>
I.1 - Receita com securitização	3.695.251	3.028.008
I.2 - Receita com prestação de serviços	28.196	37.967
<b>II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>600.202</b>	<b>940.068</b>
<b>III - VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>3.123.245</b>	<b>2.125.907</b>
<b>IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>4.659</b>	<b>5.463</b>
<b>V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>3.118.586</b>	<b>2.120.444</b>
<b>VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>981.590</b>	<b>266.832</b>
VI.1 - Receitas financeiras	981.590	266.832
<b>VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>4.100.176</b>	<b>2.387.276</b>
<b>VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>4.100.176</b>	<b>2.387.276</b>
VIII.1 - Pessoal	1.008.844	926.077
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	287.561	291.356
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.509.965	995.057
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	293.806	174.786

**Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em  
31 de dezembro de 2022.**

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

---

A Fortunato Securitizadora S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de outubro de 2014 e tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários (“CRI”); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. Os possíveis riscos de não liquidação destas operações, são de responsabilidade dos investidores em sua totalidade. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87, Bloco A Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, bairro Moema, CEP: 04.077-020.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 28 de março de 2023.

**2) RISCOS**

---

**2.1 Risco de mercado:**

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

**2.2 Risco de liquidez**

Risco de Liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente as saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

### **2.3 Política anti-inflacionária:**

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

### **2.4 Risco institucional:**

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

### **2.5 Risco fiscal**

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2023 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

### **2.6 PIS/ COFINS:**

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2023, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de

aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

**2.7 Risco Operacional:**

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

**2.8 Direitos Creditórios:**

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

**2.9 Risco de Crédito:**

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

**2.10 Inadimplência:**

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Conseqüentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no

pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

### **3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

#### **Declaração de conformidade:**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

Dentre os Pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, destacamos:

CPC 00 (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro

CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 04 (R1) – Ativo Intangível

CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado

CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 – Evento subsequente

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis

CPC 27 (R1) – Ativo imobilizado

CPC 32 – Tributos sobre o Lucro

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

### **Continuidade**

A administração concluiu não haver incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando por período indeterminado. As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e assim irá manter-se, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

## **4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

### **4.1 Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

### **4.2 Reconhecimento de receita**

#### **i. Prestação de serviços**

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

**4.3 Reconhecimento de despesas**

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

**4.4 Impostos e contribuições**

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços, Pis e Cofins

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **Companhias Securitizadoras de Crédito**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

**4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração**

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

**4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos**

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

**4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2022 não identificou ajustes a serem contabilizados.

#### **4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios**

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

#### **4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

#### **4.10 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **4.11 Tributos a compensar**

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

#### **4.12 Imobilizado**

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual.

#### **4.13 Informações por segmento**

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

#### **4.14 Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

#### **4.15 Evento Subsequente**

A Administração da Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

### **5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

---

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Bancos Conta Movimento	128.589	90.346
Aplicações de Liquidez Imediata	6.948	177.626
<b>Total Caixas e Equivalentes de Caixa</b>	<b>135.537</b>	<b>267.972</b>

## **6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER**

---

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia definiu com base na Escritura das Debêntures que os direitos creditórios associados as debêntures enquadram-se nas “Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios”.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Direitos Creditórios a receber	19.051.381	17.211.245
(-) Créditos vencidos e não liquidados	(8.132.084)	(6.623.647)
<b>Total de Direitos Creditórios</b>	<b>10.919.297</b>	<b>10.587.598</b>

b) Posição por vencimento em dias da carteira de direitos creditórios:

<b>Períodos em dias</b>	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>	<b>Total</b>
Em até 30 dias	4.279.125	733.699	5.012.824
De 31 a 60 dias	2.186.426	876.777	3.063.203
De 61 a 90 dias	1.152.401	416.674	1.569.075
De 91 a 120 dias	755.717	167.363	923.080
De 121 a 150 dias	83.759	9.523	93.282
De 151 a 180 dias	30.833	182.000	212.833
Acima de 180 dias	45.000	8.132.084	8.177.084
(-) PECLD	-	(8.132.084)	(8.132.084)
<b>Total</b>	<b>8.533.261</b>	<b>2.386.036</b>	<b>10.919.297</b>

## 7. OUTROS CRÉDITOS

A conta de "Outros créditos" é composta por adiantamento de lucros aos acionistas, conforme descrita a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Adiantamento de lucros	98.293	558.293
<b>Total Outros créditos</b>	<b>98.293</b>	<b>558.293</b>

## 8. IMOBILIZADO

A conta de "imobilizado/Intangível" está composta por:

<b>Descrição</b>	<b>Taxa</b>	<b>Custo</b>	<b>31.12.2022</b>		<b>2021</b>
			<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>	<b>Residual</b>
Móveis e utensílios	10%	16.831	(7.862)	8.969	10.652
Equipamentos de escritório	20%	24.260	(19.029)	5.231	8.207
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>41.091</b>	<b>(26.891)</b>	<b>14.200</b>	<b>18.859</b>

## 9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

---

A conta de “Obrigações tributárias” refere-se aos impostos a pagar pela companhia e estão relacionados da seguinte forma:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
PIS a recolher	536	675
COFINS a recolher	3.299	4.156
ISS a recolher	102	152
IRPJ a recolher	7.857	11.451
CSLL a recolher	4.714	25.808
IRRF s/ Terceiros	5.029	137
Retenção 4,65%	400	425
<b>Total obrigações tributárias</b>	<b>21.937</b>	<b>42.804</b>

## 10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

---

A conta “Obrigações trabalhistas e sociais” referem-se aos tributos sobre folha de pagamentos dos funcionários e está assim relacionada:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
FGTS a recolher	1.236	823
Salários	30.951	28.029
IRRF s/ salários	7.477	6.612
INSS a recolher	11.485	11.367
Prov. Férias e 13º Salário	18.578	12.664
INSS e FGTS s/ provisões	9.499	6.314
<b>Total obrigações trabalhistas</b>	<b>79.226</b>	<b>65.809</b>

## 11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

---

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 16 de março de 2015, onde foram emitidas 600 (seiscentas) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), realizada em 3 (três) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 110% (cento e dez por cento) do CDI.

- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 21 de agosto de 2015, onde foram emitidas 300 (trezentas) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), realizada em série única. As debêntures desta emissão terão validade de 120 (cento e vinte) meses, ou seja, vencerão no dia 04 de agosto de 2025, data em que a emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 110% (cento e dez por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

A Companhia realizou a 3ª (terceira) emissão privada de debêntures, em 16 de janeiro de 2018, onde foram emitidas 100 (cem) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), realizada em série única. As debêntures desta emissão terão validade de 120 (cento e vinte) meses, ou seja, vencerão no dia 15 de janeiro de 2028, data em que a emissora se obriga a proceder ao pagamento das debêntures. A base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 150% (cento e cinquenta por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Emissão de debêntures	9.055.799	9.319.700
Remuneração de debêntures	7.987.630	6.215.543
(-) Provisão para Perdas com Debêntures	(6.540.987)	(4.940.872)
<b>Total títulos e valores mobiliários</b>	<b>10.502.442</b>	<b>10.594.371</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social – O capital social totalmente integralizado é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

AFAC – Adiantamento para futuro aumento de capital é o valor destinado pelos acionistas a partir da reserva de lucros que integrará no próximo exercício o Capital Social da Companhia. O montante atual destinado para AFAC é de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Reserva legal – A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

Reserva de Lucros – Após o resultado do exercício e distribuição de dividendos, a companhia possui ainda um saldo de R\$ 45.643 (quarenta e cinco mil e seiscentos e quarenta e três reais) em Reserva de Lucros, que estão a disposição da administração para futuras destinações.

## 13. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas as despesas operacionais, composto por:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Receitas operacionais</b>	<b>1.343.727</b>	<b>2.142.963</b>
Receita de deságio	3.695.251	3.028.008
Receita de prestação de serviço	28.196	37.967
(-) Custo de captação	(2.311.793)	(814.646)
(-) COFINS	(57.219)	(91.428)
(-) PIS	(9.298)	(14.857)
(-) ISS	(1.410)	(1.984)
(-) IOF	-	(97)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.790.823)</b>	<b>(2.104.573)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(1.790.823)	(2.104.573)
<b>Resultado operacional líquido</b>	<b>(447.096)</b>	<b>38.390</b>

#### 14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas as despesas financeiras, composto por:

<b>Descrição (em reais)</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>981.590</b>	<b>266.832</b>
Outras receitas financeiras	981.590	266.832
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(122.205)</b>	<b>(66.394)</b>
Despesas bancárias	(122.086)	(66.301)
Multas e Juros s/ Impostos	(119)	(93)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>859.385</b>	<b>200.438</b>

#### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 31 de dezembro de 2022, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

**Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

**Direitos Creditórios a receber (nota 6):** são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

**Títulos e valores mobiliários (nota 11):** considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo – SP, 28 de março de 2023.

SERGIO  
FORTUNATO:01401476830  
Assinado de forma digital por  
SERGIO FORTUNATO:01401476830  
Dados: 2023.04.25 14:24:43 -03'00'

Sérgio Fortunato  
Diretor Presidente

MARIA ERAYDE CASTRO  
FORTUNATO:31379607892  
Assinado de forma digital por MARIA  
ERAYDE CASTRO  
FORTUNATO:31379607892  
Dados: 2023.04.25 14:22:00 -03'00'

Maria Erayde Castro Fortunato  
Diretor Vice-presidente

DOMINGOS  
LARUCCIA:8601348386  
8  
Assinado de forma digital por  
DOMINGOS  
LARUCCIA:8601348386  
Dados: 2023.04.25 15:23:08 -03'00'

Domingos Laruccia  
Contador – CRC/SP 119167/O

**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, **Sérgio Fortunato**, brasileiro, engenheiro químico, casado sob o regime de comunhão universal de bens, portador da cédula de identidade RG nº 5.035.048-1 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 014.014.768-30, residente e domiciliado a rua Agente Gomes, 258 apto. 202, bairro Jardim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 02040-090, **Diretor Presidente** da **FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87 Bloco A, Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, CEP: 04.077-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.610.416/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35300474210, **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2022; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia de 29 de março de 2023.

São Paulo - SP, 29 de março de 2023.

SERGIO  
FORTUNATO:01401476830

Assinado de forma digital por  
SERGIO FORTUNATO:01401476830  
Dados: 2023.04.25 14:24:04 -03'00'

**Sérgio Fortunato**  
Diretor Presidente

**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, **Maria Erayde Castro Fortunato**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 9.945.522-5-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 313.796.078-92, residente e domiciliada a rua Agente Gomes, 258 apto. 202, bairro Jardim, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP: 02040-090, **Diretor Vice-Presidente da FORTUNATO SECURITIZADORA S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Moema, 87 Bloco A, Conjunto 61 e 62, Comercial Casa Blanca, CEP: 04.077-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 21.610.416/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob NIRE 35.300.47421-0 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações financeiras do período de 31 de dezembro de 2022; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes da Companhia de 29 de março de 2023.

São Paulo - SP, 29 de março de 2023.

MARIA ERAYDE CASTRO | Assinado de forma digital por  
FORTUNATO:313796078 | MARIA ERAYDE CASTRO  
92 | FORTUNATO:31379607892  
Dados: 2023.04.25 14:23:09 -03'00'

**Maria Erayde Castro Fortunato**

Diretora Vice-Presidente